Intervenções arqueológicas no âmbito da *Rota do Românico do Vale do Sousa*
Procedimentos e resultados

Luís Fontes[*] *e Sofia Catalão*[**]

Resumo

No âmbito do protocolo que vigorou entre a extinta DGEMN e a UAUM, as intervenções em monumentos arquitectónicos promovidas pela ex-DGEMN–Norte contemplaram a participação da especialidade de Arqueologia, avaliando os impactes, informando sobre condicionantes arqueológicas, realizando sondagens ou estudos mais alargados ou simplesmente acompanhando preventivamente a execução de trabalhos.

Alguns desses trabalhos ocorreram em monumentos da *Rota do Românico do Vale do Sousa* (*RRVS*), no âmbito de cuja implementação a UAUM foi também convidada a integrar a equipa que elaborou o "Estudo de Valorização das Envolventes dos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa".

Apresentam-se aqui dois exemplos reveladores da rotina de actuação já conseguida nas intervenções em monumentos da *RRVS*, bem como uma síntese do contributo da Arqueologia para o referido estudo de valorização das envolventes, o qual contemplou a elaboração de roteiros bibliográficos e documentais, contextualização arqueológica dos monumentos, definição de condicionantes e planos orientadores de trabalhos arqueológicos futuros.

Abstract

Under the protocol established between the extinct DGEMN and the UAUM, interventions in architectonic monuments promoted by the former DGMN-Norte have contemplated the participation of Archaeology as a specialty, evaluating impacts, informing about archaeological conditionings, performing polls or broader studies or simply accompanying the execution of the work in a perspective of prevention. Some of those works occurred in monuments belonging to the *Rota do Românico do Vale do Sousa* (RRVS), in whose implementation UAUM was invited to participate in the team that created the "Estudo de Valorização das Envolventes dos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa". We present here two revealing examples of the performance routine already achieved in interventions in monuments of RRVS, as well as a summary of the contribution of Archaeology to the study mentioned, that contemplated the elaboration of bibliographic and documental routes, archaeological contextualization of the monuments, definition of conditionings and guiding plans to future archaeological works.

[*] Arqueólogo. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
[**] Arqueóloga. Colaboradora da UAUM.

1. Os exemplos das igrejas de Cabeça Santa (Penafiel) e da 'igreja velha' de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras)

1.1. Intervenção arqueológica na igreja de Cabeça Santa (Penafiel)

1.1.1. Introdução

A igreja de Cabeça Santa é uma construção românica tardia (século XIII), de traça arquitectónica vinculada à bacia do Sousa e do baixo Tâmega e com influências do românico portuense, designadamente de Cedofeita (Almeida 2001:121). Classificada como Monumento Nacional (Dec.º 14425, DG 228 de 15 Outubro 1927), a igreja e adro de Cabeça Santa foram restauradas nas décadas de 30 e 40 do século XX, intervenção bem documentada no Boletim da DGEMN[1].

Porque se trata de um imóvel classificado e como afloravam, na superfície do adro, restos de possíveis sepulturas, entendeu-se necessário efectuar trabalhos arqueológicos prévios, no sentido de obter dados que ajudassem a avaliar o impacte arqueológico da nova obra prevista e, consequentemente, informar o respectivo projecto[2].

1.1.2. Objectivos e metodologia

A intervenção teve como objectivo fundamental acompanhar a remoção do actual piso térreo do adro, em saibro, colocado na década de 40 do século XX, prevenindo a destruição de vestígios arqueológicos que se admitia existirem sob o referido piso, designadamente enterramentos. Secundariamente pretendia-se avaliar a possibilidade de instalação de redes de drenagem e de cablagens para iluminação, sem causar impactes nos vestígios arqueológicos que eventualmente se viessem a descobrir.

Como posição de princípio, entendeu-se que se deveriam evitar quaisquer trabalhos de escavação arqueológica alargada, devendo o projecto de obras ser suficientemente flexível para se adaptar à eventual existência de vestígios arqueológicos.

Implantou-se uma quadrícula ajustada ao terreno e às características arquitectónicas do edifício (tomando como base o eixo axial da igreja), sendo a dimensão de cada quadrado de três metros de lado.

Os trabalhos decorreram em duas fases: na primeira, fez-se a remoção manual do piso, em zonas seleccionadas, abrindo-se sete quadrículas (J48, J51, K47, N48, N51, P48 e P51) para identificar a que profundidades se encontravam eventuais vestígios com interesse arqueológico. Estas primeiras sondagens localizaram-se contiguamente ao edifício, coincidindo com o traçado perimetral previsto para a implantação da drenagem e iluminação; a segunda fase, consistiu no acompanhamento da retirada com meios mecânicos de todo o piso actual do adro e no registo sistemático dos vestígios arqueológicos encontrados, correspondentes às quadrículas G-H / 50, L-M / 46-47, M-N / 45-46, N47, O / 47-48, R-S / 49-50 e S-T-U / 46-47-48.

Em todas as quadrículas, procedeu-se à decapagem dos sedimentos por camadas naturais, adoptando-se um registo equiparável ao método Harris. Os contextos estratigráficos descreveram-se em fichas apropriadas, referenciando-se em relação à estação (ICS.04), à quadrícula (S.1, etc.) e respectivo plano. Os perfis e os planos foram desenhados à escala 1:20, procedendo-se ainda ao registo sistemático dos trabalhos arqueológicos em fotografia.

O espólio encontrado, referenciado em relação à quadrícula e contexto, foi alvo de tratamento preliminar, inventário e classificação, tendo-se já procedido ao seu depósito definitivo no Museu Municipal de Penafiel.

---

[1] Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Igreja de Cabeça Santa*, n.º 64, Ministério das Obras Públicas, Porto, 1951.

[2] Os trabalhos decorreram durante o mês de Fevereiro de 2004, sob a direcção científica do arqueólogo Luís Fernando de Oliveira Fontes e foram executados por uma equipa de operários da empresa Alfredo & Carvalhido, Lda., sob orientação técnica directa e permanente do arqueólogo Miguel António de Lima Carneiro, assistido pelo técnico Pedro Nuno da Silva Ferreira.

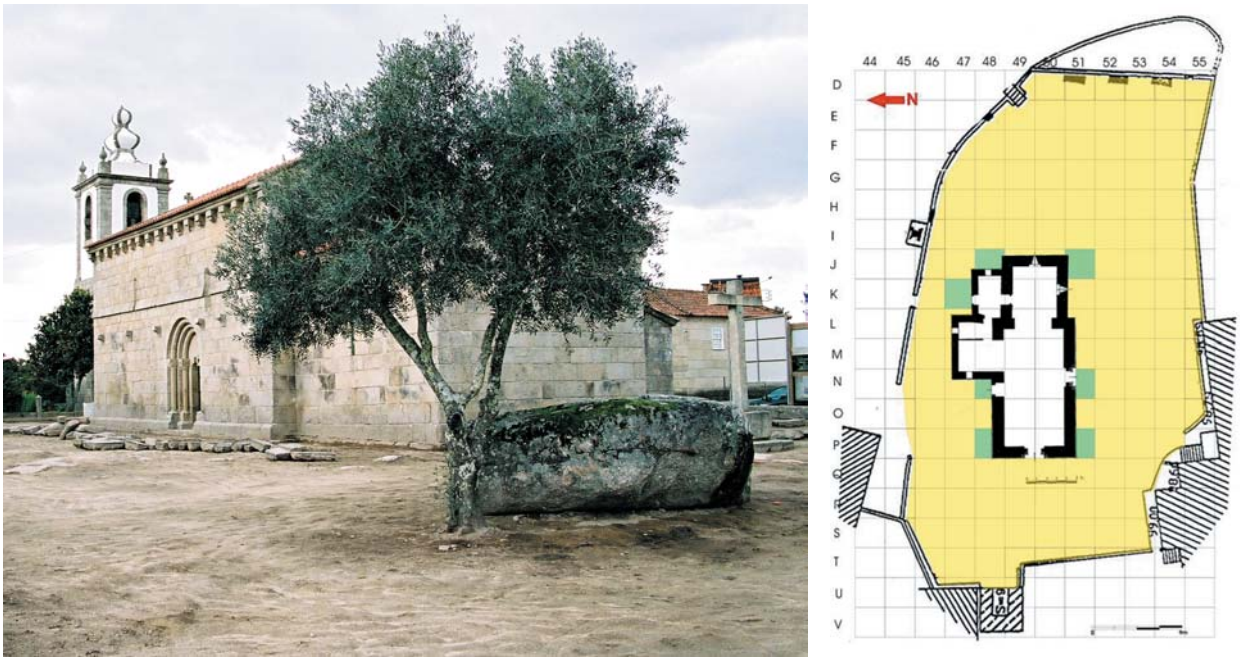

Figura 1. Igreja de Cabeça Santa. Vista de Sul e planta com indicação da zona intervencionada

1.1.3. Resultados

1.1.3.1. Primeira fase de trabalhos: sondagens

Quadrículas J48 – No aterro subjacente ao piso térreo ficaram a descoberto diversas lajes graníticas de dimensões variadas, dispondo-se algumas de cutelo e outras na horizontal, configurando os restos de caixas sepulcrais com cobertura. Ficou também a descoberto a fiada inicial dos alicerces do edifício. Interpretaram-se estes vestígios como correspondentes a restos de sepulturas, do tipo caixa pétrea com cobertura em lajes, aparentemente com orientação E-O, de cronologia alargada (séculos XII-XVI). Foram parcialmente perturbadas pelo arranjo do piso do adro na década de 40 do século XX e mesmo destruídas com a construção da sacristia moderna.

Quadrícula J51 – Nesta quadrícula ficou a descoberto a rocha de base e parte de uma caixa sepulcral em lajes de granito, parcialmente destruída e completamente violada. A tipologia da caixa sepulcral inscreve-se no tipo que se generalizou entre os séculos XII e XVI.

Quadrícula K47 – Nesta quadrícula retirou-se o piso térreo e parte do aterro das valas de colocação dos cabos de electricidade e dos tubos de água, ficando a descoberto os referidos cabos e tubos e a sedimentação subjacente, que incorporava os restos de um enterramento em ataúde de madeira, que se conservou intacto. Este enterramento será já de época contemporânea, por ser posterior ao acrescentamento da sacristia, cujo alicerce ficou parcialmente visível. O achado de fragmentos de azulejo moderno, de restos osteológicos e de chapa de zinco, no aterro das cablagens e tubos, confirmam o profundo revolvimento desta zona, que se admite possa ter provocado a destruição de enterramentos mais antigos.

Quadrícula N48 – Nesta quadrícula ficou a descoberto o aterro subjacente ao piso térreo do adro, incorporando parte de uma laje granítica de grandes dimensões, que se interpretou como parte de uma tampa sepulcral monolítica e parte de uma caixa sepulcral em lajes de granito, já sem cobertura e com indícios de revolvimento do seu interior. A tipologia da tampa monolítica e da caixa sepulcral é vulgar, inscrevendo-se também no tipo que se generalizou entre os séculos XII e XVI.

Quadrícula N51 – Após a decapagem do piso actual do adro, ficou a descoberto o piso térreo tardo-medieval do adro. Incorporava as coberturas lajeadas de três sepulturas, cuja parte superior funcionou como laje de pavimento, pois apresentavam sinais evidentes de

Figura 2. Quadrícula N51. Vista do plano final e respectivo levantamento

desgaste. A tipologia destas tampas de sepultura é vulgar, inscrevendo-se no tipo que se generalizou entre os séculos XII e XVI. Considerando o desgaste evidenciado pela tampa monolítica, que quase apagou a inscrição aí gravada, admitimos que a sua cronologia se aproxime mais do primeiro limite cronológico (séculos XIII-XIV).

Quadrícula P48 – Escavou-se apenas o aterro de demolição associado à obra de retirada da torre, composto por matriz arenosa, pouco compacta, de calibragem irregular e com inclusões de blocos, fragmentos de telha e de tijolo e argamassa.

Quadrícula P51 – Tal como em N51, também nesta quadrícula ficou a descoberto, após decapagem do piso actual do adro, o piso tardo-medieval do adro, aqui parte térreo e parte calcetado. Incorporava a cobertura lajeada de uma sepultura, cuja parte superior funcionou como laje de pavimento, pois apresentavam sinais evidentes de desgaste. A tipologia desta cobertura é semelhante a outras desta necrópole, aceitando por isso a mesma cronologia, mas tem a particularidade de reaproveitar uma laje onde está gravada uma pegada pontiaguda, uma forma que perdurou durante a Idade Média. Considerando o reaproveitamento da laje gravada, admitimos uma cronologia mais tardia para este enterramento, em torno dos séculos XV-XVI.

1.1.3.2. Segunda fase de trabalhos: acompanhamento

Quadrícula G-H / 50 – Sob o piso térreo actual ficaram a descoberto, para além do aterro subjacente, restos de uma caixa sepulcral, uma cobertura lajeada de outra sepultura, lajes dispersas que poderão ter integrado outras coberturas de sepulturas e o embasamento do cruzeiro. Os restos de enterramentos identificados integram-se nas tipologias e cronologia já referidas acima. Exceptuando a cobertura lajeada de uma sepultura, que parece conservar-se intacta, todos os restantes elementos denunciam revolvimentos e perturbações, que podem associar-se ao arranjo do adro feito na década de 40 do século passado. É particularmente evidente a destruição provocada pela implantação do cruzeiro.

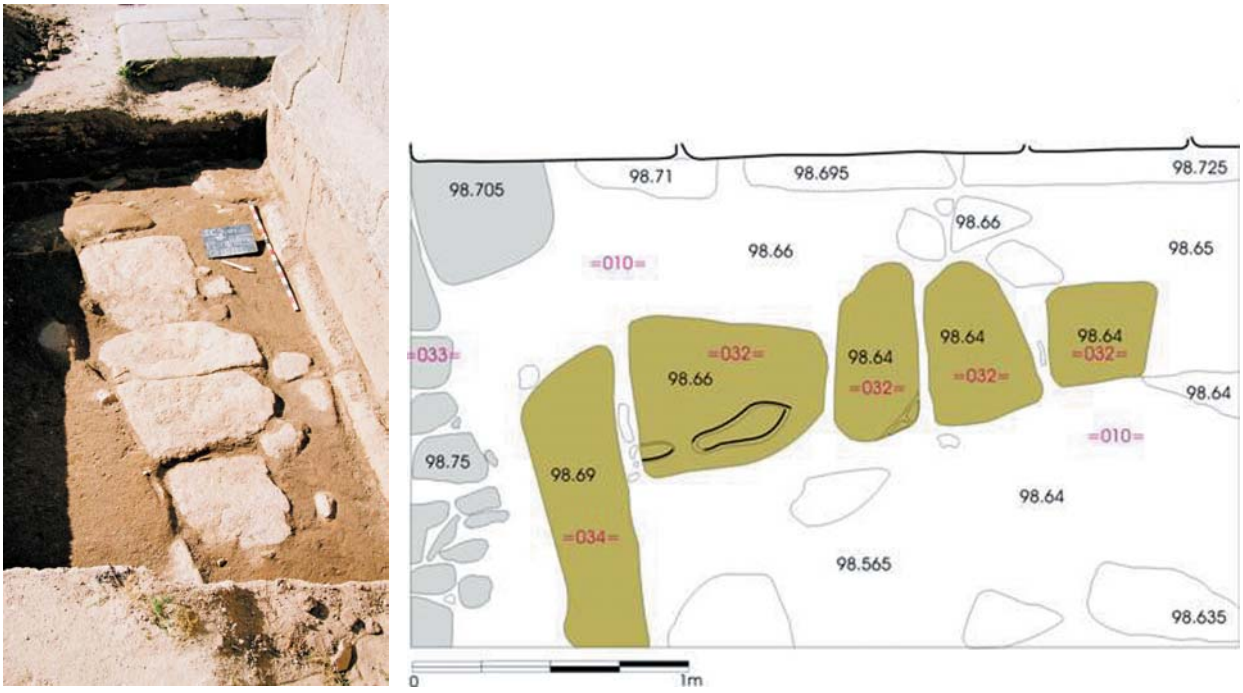

Figura 3. Quadrícula P51. Vista do plano final e respectivo levantamento

Quadrícula L-M / 46-47 – Nestas quadrículas registaram-se apenas restos muito destruídos de dois prováveis enterramentos.

Quadrícula M-N / 45-46 – Registou-se apenas a sapata do antigo muro que rodeava o adro, antes de ter sido deslocado cerca de 80 cm para Norte. Compõe-se de blocos de granito talhados, de formato rectangular e quadrangular, com tamanhos entre os 16 e os 90 cm, com juntas largas.

Quadrícula N47 – A zona correspondente a esta quadrícula revelou os mesmos níveis de revolvimento que as restantes, identificando-se apenas os restos de uma caixa sepulcral, do tipo e cronologia já referidas nas outras quadrículas.

Quadrícula O / 47-48 - A zona correspondente a esta quadrícula revelou os mesmos níveis de revolvimento que as restantes, identificando-se apenas os restos de uma cobertura lajeada de sepultura, do tipo e cronologia já referidas nas outras quadrículas.

Quadrícula R-S / 49-50 – Após retirada do piso térreo actual do adro, no qual se recolheu uma moeda de 12 vinténs, datada de 1752 (D. José I), ficou visível a cobertura de uma mina de água, possivelmente relacionada com o poço existente no quintal a Oeste, composta por blocos rectangulares e quadrangulares, não facetados, com tamanhos que variam entre os 40 e os 80 cm.

Quadrícula S-T-U / 46-47-48 – O conjunto destas quadrículas abrangem o canto Noroeste do adro, zona onde se identificaram, sob o piso térreo actual e a muito pouca profundidade, os restos de parte de um edifício, definido pelas paredes nascente e poente, que delimitavam um espaço interior pavimentado com lajes de granito. Na face interna da parede poente conservavam-se restos de reboco esbranquiçado de argamassa de areia e cal. No lado Norte estes vestígios são sobrepostos pela casa de lavoura e no lado Sul foram completamente destruídos, percebendo-se o negativo da desmontagem da parede que fecharia o edifício por este lado. Trata-se de restos de uma construção de funcionalidade indefinida, que se correlacionaria com a casa de lavoura contígua a Norte, desconhecendo-se as razões da sua demolição. Pelas características construtivas, pelo pouco espólio cerâmico associado e pelo facto de não ser referenciada no Boletim da DGEMN relativo ao restauro da igreja de Cabeça Santa, onde se assinala apenas a demolição da torre sineira e sua reconstrução no local onde actualmente se encontra, atribuímos uma cronologia em torno dos séculos XVIII-XIX.

Figura 4. Perspectiva final das Quadrículas S-T-U 46-47-48

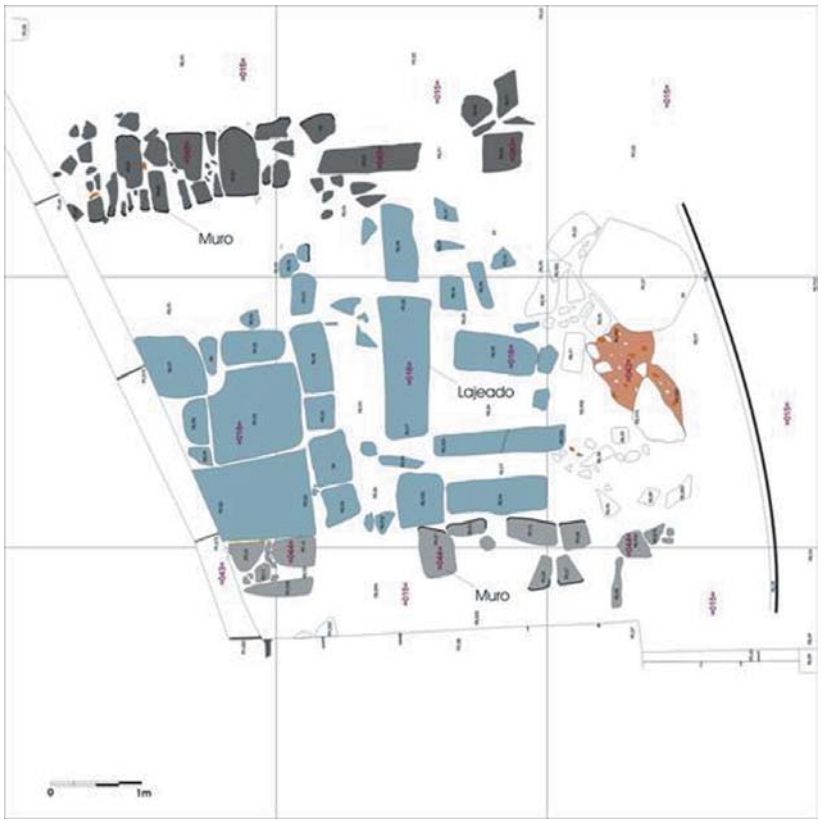

Figura 5. Levantamento dos vestígios identificados nas Quadrículas S-T-U 46-47-48

1.1.3.3. Espólio

O espólio recolhido foi escasso, pouco ultrapassando a centena de fragmentos, de muito pequena dimensão. A maior parte proveio da zona Noroeste do adro, associado aos vestígios do edifício encontrado, de funcionalidade e arquitectura desconhecida, e do local onde estava implantada a torre sineira, posteriormente deslocada, correspondente à quadrícula P48. Desta última zona, foram retirados apenas alguns fragmentos para amostragem, em contexto de entulhamento recente.

De referir que grande parte do espólio recolhido é de cronologia moderna, com predomínio das cerâmicas vidradas estanhíferas (faianças), com 40% do total do espólio cerâmico. Já as cerâmicas vermelhas e cinzentas correspondem, cada, a cerca de 16%. As ce-

râmicas com cronologias mais antigas são provenientes dos quadrados S-T-U / 46-47-48, onde se identificaram alguns fragmentos de cerâmica cinzenta com características comuns às produções medievais.

1.1.3.4. Considerações finais

O conjunto dos dados obtidos confirmou plenamente o acerto da metodologia de trabalho seguida. Comprovada a existência de vestígios com interesse arqueológico, foi aceite a recomendação de não se instalar qualquer sistema de drenagem enterrado, evitando-se a realização de escavações arqueológicas.

Consequentemente, limitou-se a intervenção no piso do adro à sua substituição por outro de tipologia semelhante, sem alteração da cota existente, o que assegurou a conservação integral das ruínas subjacentes.

Assim preservado, o subsolo do adro da igreja de Cabeça Santa constitui-se como reserva arqueológica com interesse científico para o estudo das práticas funerárias medievais, especialmente pela diversidade de tipologias de estruturas de enterramento identificadas, que incluem, pelo menos, sarcófagos e caixas pétreas com tampa monolítica e/ou cobertura composta.

Quanto ao sistema de iluminação, foi recomendado que o mesmo fosse implantado na área mais perimetral do adro, aproveitando a vala de fundação do muro circundante. Quando tal não foi possível, recomendou-se a colocação das cablagens na espessura do piso térreo.

1.2. Intervenção arqueológica na 'igreja velha' de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras)

1.2.1. Introdução

A 'igreja velha' de São Mamede de Vila Verde, Felgueiras, é uma pequena construção de linhas austeras, praticamente sem decoração arquitectónica, devedora ainda dos padrões construtivos românicos mas já com influências de traça gótica, devendo datar de finais do século XIII (Fernandes 1989). Porque se trata de um monumento de grande interesse arquitectónico, apesar de arruinado, foi seleccionado pela DGEMN para ser restaurado, no âmbito do programa "Rota do Românico do Vale do Sousa".

Cumprindo as recomendações internacionais relativas à intervenção em monumentos arquitectónicos, foi objecto de um estudo arqueológico completo da arquitectura do edifício. Numa primeira fase realizou-se o levantamento e análise estratigráfica dos alçados e, numa segunda fase, executaram-se sondagens no interior da capela-mor, no sentido de obter dados que ajudassem a avaliar o impacte arqueológico da obra e, assim, informar o respectivo projecto[3].

1.2.2. Análise estratigráfica de alçados e interpretação da evolução arquitectónica do monumento

1.2.2.1. Objectivos e metodologias

Com a leitura estratigráfica dos alçados e sua análise pretendia-se elaborar uma proposta de interpretação da evolução arquitectónica do edifício, a qual, cruzada com os estudos de outras especialidades, se deveria constituir como conhecimento base de referência para toda e qualquer intervenção nova no monumento.

Para além da habitual pesquisa bibliográfica sobre o monumento, efectuou-se o levantamento fotográfico sistemático e detalhado da construção, a partir do qual se fizeram os desenhos de todos os alçados através de restituição por fotogrametria de convergência, podendo ser representados à escala 1:1.

Sobre desenhos à escala 1:50, procedeu-se depois à identificação dos diferentes contextos construtivos (unidades mínimas com características construtivas uniformes e limites definidos), que se delimitaram nos desenhos e descreveram em fichas apropriadas. A caracterização das fases construtivas foi feita com base na observação directa e detalhada dos alçados, bene-

[3] A primeira fase dos trabalhos arqueológicos decorreu em 2004 e a segunda nos meses de Junho e Julho de 2005, uma e outra executadas pelos arqueólogos Luís Fontes, André Machado e Sofia Catalão, contando a fase de escavação com a colaboração da bióloga Teresa Araújo, para o eventual estudo de restos osteológicos humanos.

ficiando-se do facto de parte significativa das paredes terem perdido os revestimentos ou, como acontece no exterior, aparentar nunca os ter tido.

Efectuou-se em seguida uma primeira integração da informação, isolando as principais fases construtivas para o conjunto do edifício, que se caracterizaram tendo em atenção os seguintes descritores principais: posição na sequência estratigráfica; materiais e técnicas construtivas; forma e/ou planta; elementos arquitectónico-decorativos e filiação do estilo artístico; proposta de cronologia.

1.2.2.2. Resultados: caracterização de fases construtivas

FASE I – Corresponde à edificação original, em cantaria de blocos graníticos de forma geral paralelepipédica, esquadrados sem especial cuidado e montados em fiadas horizontais regulares, elevando, com ressaltos, paredes de dupla face ou paramento, com miolo preenchido por cascalho, calhaus e argamassa saibrosa. O aparelho, pseudo-isódomo, apresenta junta horizontais quase secas e juntas verticais irregulares, também secas. Observam-se algumas alterações de alinhamentos de fiadas, geralmente acertadas com recurso a fiadas e/ou blocos de menor altura e que poderão corresponder a fases de obra.

Os blocos graníticos dispõe-se quase sempre longitudinalmente (de peito), alternando, a distâncias irregulares, com um bloco colocado transversalmente (de testa), que geralmente atravessa toda a parede ficando, por vezes, saliente da face desta.

A generalidade dos blocos foram rachados e toscamente afeiçoados a picão, percebendo-se um desbaste especialmente orientado para as faces horizontais de assentamento, deixando-se as faces exteriores ligeiramente convexas, sem qualquer outro tratamento.

Contudo, muitos outros apresentam uma esquadria mais perfeita e um tratamento mais cuidado da face, reconhecendo-se nas superfícies mais regulares de algumas das faces, designadamente em todas as que compõe as guarnições dos vãos, um acabamento a cinzel.

Em alguns observam-se os rasgos correspondentes à utilização de cunhas de madeira para o corte. Em nenhuma parte do edifício se identificaram quaisquer siglas ou marcas de canteiro.

Nos vãos originais distinguem-se as frestas, todos em arco de volta perfeita e abertura em capialço (alargam do exterior para o interior), e as portas, o da fachada ocidental em arco de volta perfeita, inscrito na espessura da parede, com tímpano fechado sobre lintel apoiado nas ombreiras e o da porta meridional, em arco ligeiramente apontado, também inscrito na espessura da parede, com tímpano fechado sobre lintel apoiado em mísulas salientes das ombreiras.

O coroamento das paredes é rematado por uma cornija de secção ligeiramente côncava, apoiada em modilhões lisos, com simples decoração moldurada ou com raros motivos tipo pinha ou rolos. Esta cornija recebia uma cobertura original em duas águas, tanto na nave como na capela-mor, como denuncia a empena triangular, que na fachada ocidental é rematada por um pequeno campanário em arco de volta perfeita com cobertura triangular capeada.

No seu conjunto, o edifício desenvolve-se no sentido Oeste – Este, compondo uma igreja de nave rectangular e capela-mor quadrada, esta mais pequena e bastante mais baixa, com um balcão interior perimetral, tipo banco e ainda com a particularidade de se implantar a uma cota significativamente mais elevada que a da nave, determinando dois níveis de pavimento distintos, vencidos por três degraus no vão do arco triunfal.

Salientes na fachada Sul da nave conservam-se a quase totalidade das mísulas e do rufo pétreo da cobertura do alpendre, que deste lado abrigaria a necrópole. Ladeando a porta axial, no exterior, conservam-se dois sarcófagos em granito, com caixa antropomórfica e tampa monolítica configurando cobertura a "duas águas". Estão violados.

Não conhecemos qualquer documento relativo à fundação da igreja velha de São Mamede de Vila Verde. A proposta de uma cronologia para a edificação original do templo terá que ser, assim, baseada no contexto histórico local e nas características técnico-construtivas e estilísticas da edificação.

A forma geral da planta e a sua volumetria, a par dos elementos arquitectónicos e decorativos particulares como são as cachorradas, as frestas e as portas com arco semicircular ou ainda os sarcófagos, bem como o contexto histórico associável, em que releva a instalação em Vila Verde, no decurso do século XIII, de Mendo de Sousa e família, permitem-nos classificar o edifício correspondente a esta Fase I como um projecto românico tardio de expressão rural, em que

Figura 6. 'Igreja velha' de São Mamede de Vila Verde. Fachadas Oeste e Sul, antes da intervenção

parecem cruzar-se influências simultaneamente conservadoras (como a elevação da capela-mor, de tradição asturiana) e progressistas (como os arcos apontados), cuja edificação terá decorrido nos finais do século XIII.

FASE II – Corresponde à primeira e mais significativa remodelação da edificação original, expressa por um conjunto de acções construtivas e decorativas, materializadas quase exclusivamente no interior do templo, onde se identificaram as seguintes alterações:

— Na capela-mor: a) encerramento das frestas nascente e meridional, com alvenaria grosseira de cascalho, calhaus, fragmentos de tijolo e de telha e argamassa de cal; b) abertura de duas janelas rectangulares nas paredes laterais: no lado Norte alargando a fresta preexistente, até se obter uma tosca moldura em capialço; no lado Sul, rasgando um vão novo entre a antiga fresta e a parede da cabeceira, colocando uma bem acabada guarnição em capialço, com moldura rectilínea; c) abertura de vão de porta, rasgada na parede preexistente, com ombreira e padieira lisas, com moldura exterior rectilínea; d) revestimento das paredes interiores com argamassa de cal, com pinturas na parede da cabeceira e nas laterais até às janelas, configurando uma espécie de retábulo pintado. Identifica-se a sobreposição de, pelo menos, um segundo tema pintado;

— No arco triunfal: a) alargamento e elevação do arco triunfal, rasgando-se a parede medieval para colocação do novo arco, semicircular, formado por aduelas altas e estreitas, com moldura lisa saliente a vincar o aro do arco. Assenta, através de imposta muito estreita, tipo friso, mas saliente, em pilares compostos por blocos delgados que parecem prolongar o arco até ao solo. No novo lance de três degraus, que vence a passagem do arco triunfal à capela-mor, reutilizou-se uma tampa sepulcral medieval.

— Na nave: a) altar colateral aberto na espessura da parede norte, em arco de volta perfeita peraltado, sem qualquer imposta. A parede medieval foi rasgada até metade da sua espessura, ficando à vista o intradorso dos blocos da face externa. O arco e pilares são formados por aduelas altas e estreitas, com moldura lisa que acentua o aro, até ao seu assentamento inferior. Inicialmente mais alto, o vão foi posteriormente reduzido pela colocação de duas fiadas de blocos na parte inferior; b) no lado poente do altar acima referido, conserva-se a mísula que suportava a bacia pétrea do púlpito (actualmente recolhida numa casa das proximidades). Em granito, está solidamente cravada na parede medieval. Apresenta um perfil em

"papo de rola" e laterais moldurados; c) no topo poente da nave conservam-se os vestígios da existência de um coro alto, materializados no contorno dos rebocos, nos encaixes rasgados nas paredes laterais para fixação da balaustrada, nos largos agulheiros quadrangulares abertos também nas paredes laterais, para apoio das vigas que suportavam um piso sobradado e no vão rectilíneo de porta rasgado na parte superior da parede meridional da nave, para acesso directo ao coro a partir do exterior, através de uma escada pétrea que adossava ao edifício; d) revestimento das paredes interiores com argamassa de cal, com pinturas nos topos laterais próximos do arco triunfal.

Embora todas estas alterações arquitectónicas possam ter ocorrido de modo faseado, a sua contemporaneidade construtiva é estabelecida pelo reboco que reveste as paredes, em parte com pintura mural, o qual envolve as molduras das janelas, do arco triunfal e do altar colateral.

Identifica-se entre todas uma clara relação de organização litúrgica de espaços, o que permite considerar a existência de um projecto global de remodelação, visando exactamente adaptar a igreja de São Mamede de Vila Verde a novos preceitos litúrgicos. O contexto histórico para esta profunda remodelação do espaço interior da igreja encontra-se na reforma das práticas litúrgicas cristãs, levadas a cabo no ocidente europeu no decurso dos séculos XVI-XVII, bem como na circunstância, que consideramos de primeira importância, de ser igreja de apresentação do mosteiro beneditino de Pombeiro e portanto beneficiar dos grandes ciclos de obras que marcaram a reconstrução arquitectónica de quase todos os mosteiros beneditinos, empreendida após a reforma as ordens religiosas e consequente instituição da *Congregação dos Monges Negros de São Bento do Reino de Portugal*.

Para além deste aspecto ideológico, que fundamentava a necessidade de "abrir" o templo para facultar a visualização dos rituais litúrgicos, em especial da eucaristia, concorrem também para a cronologia dos séculos XVI-XVII, os dados de carácter iconográfico e técnico-estilístico, como os revelados pelas pinturas murais, pela solução em capialço das janelas ou pela moldura saliente do arco triunfal e do arco do altar lateral da nave, que traduzem uma ambiência estilística classificável adentro do Estilo-Chão Nacional.

Figura 7. Igreja Velha de São Mamede. Vista do alçado interior meridional da capela-mor.

FASE III – Esta terceira fase é estabelecida pela identificação de sobreposição de pinturas murais na capela-mor, testemunhando a renovação da decoração do retábulo pintado do altar-mor. É uma pintura directa sobre a pintura preexistente, sem qualquer nova argamassa de suporte.

Trata-se de um testemunho material que remete para a efectiva utilização cultual do templo, configurando-se, não tanto como fase de obra, mas como fase de ocupação, que podemos balizar entre os séculos XVII e XIX.

FASE IV – Corresponde à construção da sacristia, adossada contra a fachada meridional da capela-mor. É uma construção com aparelho tipo "perpianho", de lajes graníticas bem esquadradas e faces regulares afeiçoadas a cinzel, montadas em fiadas horizontais regulares, com juntas estreitas fechadas com argamassa de cal. O coroamento das paredes é rematado por uma cornija de secção côncava, na qual assentava uma cobertura telhada de duas águas, como testemunham a empena triangular da parede Sul e os vestígios do rufo de cimento no encosto à capela-mor.

Esta construção define um espaço quadrangular, iluminado por uma pequena janela rectangular na parede meridional e ao qual se acede, desde o exterior, por uma porta aberta no lado poente, de vão rectilíneo de molduras lisas. A ligação com o interior da igreja faz-se pela porta existente na parede Sul da capela-mor, na qual, servindo o interior da sacristia, foi rasgada uma pequena pia de água para abluções.

Não conhecemos qualquer referência documental que nos permita adiantar uma data precisa para esta construção. Com base na relação estratigráfica, podemos apenas estabelecer que este acrescento é posterior à abertura da janela moderna da capela-mor. Ponderando estes elementos e as características técnico-construtivas, poderá aceitar-se uma cronologia entre os séculos XVIII e XIX.

FASE V – Corresponde à desactivação da igreja, seu abandono e consequente ruína, processo cujo início podemos situar em torno de meados do século XIX, num período balizado entre a extinção do mosteiro de Pombeiro em 1833-34 e a construção da nova igreja paroquial de Vila Verde, inaugurada em 1866.

Figura 8. Igreja Velha de São Mamede. Leitura estratigráfica dos alçados interior e exterior da parede meridional da capela-mor.

1.2.2.3. Conclusões e recomendações

A Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde não é, apesar da sua aparente uniformidade, um edifício arquitectonicamente unitário, correspondente à execução de um só projecto construtivo.

Tal como a análise estratigráfica de alçados evidenciou, o edifício revela diversas e significativas alterações arquitectónicas, que testemunham uma sucessiva adaptação do templo às novas exigências de organização dos espaços de culto, determinadas pelas reformas que a Igreja foi conhecendo e que a população de Vila Verde não terá deixado de assimilar.

A 'igreja velha' de São Mamede de Vila Verde constitui um bom exemplo de património arquitectónico que deve ser conservado e valorizado numa perspectiva de monumento interpretado, isto é, de proporcionar ao visitante a compreensão das alterações decorridas ao longo do tempo, através da leitura das diversas arquitecturas que se sedimentaram no edifício. Na sua recuperação procurou assegurar-se, portanto, a conservação das diversas expressões arquitectónicas que foi conhecendo ao longo da sua existência.

Figura 9. Igreja Velha de São Mamede. Perspectiva interior da capela-mor.

1.2.3. Escavações na capela-mor e arco triunfal

1.2.3.1. Objectivos e Metodologias

A escavação teve por objectivos a obtenção de dados que permitissem compreender a solução construtiva na ligação do arco triunfal à capela-mor – dados que a leitura de paramentos não proporcionou - para informar adequadamente o projecto de arquitectura no que respeita à articulação dos diferentes pisos, e também avaliar a existência de condicionantes arqueológicas à execução das obras previstas para reposição do uso do templo.

Beneficiou-se da informação fornecida pelos moradores locais mais idosos, que referenciavam a trasladação dos enterramentos existentes no templo abandonado para o novo cemitério da freguesia, na década de 40 do século XX. Não era expectável, por isso, o achado de vestígios primários de enterramentos.

A zona de escavação incidiu no interior da capela-mor, parte da qual apresentava a rocha base à superfície e a restante parte já com indícios de revolvimento para saque de lajes do pavimento, abrangendo ainda o arco triunfal e o ombro setentrional da nave. Escavou-se apenas o lado Norte da capela-mor e do arco-triunfal, de modo a obter a leitura estratigráfica no perfil central[4]

[4] Dividiu-se a capela-mor em dois quadrantes (Norte e Sul), com base numa quadriculagem de malha de 2 x 2 metros referenciada ao eixo longitudinal da igreja e com origem num ponto exterior à área de intervenção, de modo a obter coordenadas X e Y sempre positivas. A zona escavada correspondeu às quadrículas X10-11-12 / Y8. Na zona pavimentada da capela-mor, antecedeu-se a escavação do levantamento gráfico e fotográfico do pavimento, numerando-se todos os seus elementos, para possibilitar a sua eventual remontagem futura. Os sedimentos foram decapados por camadas naturais, procedendo-se ao registo sistemático da estratigrafia (sedimentar e construtiva) em fichas descritivas, em desenho à escala 1:20 e em fotografia. Com base nesse registo elaborou-se o diagrama estratigráfico, do tipo "Harris". O espólio recolhido foi objecto de tratamento preliminar de limpeza, marcação, inventário e classificação, ficando provisoriamente depositado nas instalações da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Dividiu-se a capela-mor em dois quadrantes (Norte e Sul), com base numa quadriculagem de malha de 2 x 2 metros referenciada ao eixo longitudinal da igreja e com origem num ponto exterior à área de intervenção, de modo a obter coordenadas X e Y sempre positivas. A zona escavada correspondeu às quadrículas X10-11-12 / Y8.

Na zona pavimentada da capela-mor, antecedeu-se a escavação do levantamento gráfico e fotográfico do pavimento, numerando-se todos os seus elementos, para possibilitar a sua eventual remontagem futura.

Os sedimentos foram decapados por camadas naturais, procedendo-se ao registo sistemático da estratigrafia (sedimentar e construtiva) em fichas descritivas, em desenho à escala 1:20 e em fotografia. Com base nesse registo elaborou-se o diagrama estratigráfico, do tipo "Harris". O espólio recolhido foi objecto de tratamento preliminar de limpeza, marcação, inventário e classificação, ficando provisoriamente depositado nas instalações da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

1.2.3.2. Resultados da sondagem X10-11-12/Y-8

Após a decapagem da camada de derrube do telhado da capela-mor, colocou-se à vista parte do lajeado ainda conservado na zona Este. Retirou-se a seguir a camada de aterro do saque das lajes situadas a Oeste, evidenciando-se a existência de várias cavidades correspondentes a sepulturas rasgadas na arena granítica de base, com os seus respectivos aterros de enchimento pós-trasladação.

Foi possível identificar já nesta fase inicial da escavação a vala de fundação do arco triunfal moderno, que corta os pés de uma das cavidades sepulcrais modernas, bem como o embasamento do pilar Sul do arco medieval original, verificando-se que este se prolongava mais para Sul, determinando portanto um vão menor.

Procedeu-se depois ao levantamento do lajeado do pavimento, inventariando e classificando cada elemento. Verificou-se que este lajeado reutilizava guarnições de vãos, degraus e cornijas, assim como dois fragmentos que completam um pé de altar monolítico com a cavidade para as caixas relicário escavada no topo superior, de cronologia tardo-medieval. Na forma como se apresentava, o pavimento lajeado correspondia

Figura 10. Igreja Velha de São Mamede. Pé-de-altar medieval recuperado do pavimento.

a uma reposição associável à trasladação dos enterramentos aqui existentes para o cemitério paroquial, feita no segundo quartel do século XX.

Definiu-se depois o recorte na rocha para a colocação de algumas lajes do pavimento e de reutilização de uma sepultura. Escavou-se o enchimento desta, exumando-se um enterramento contemporâneo, ainda com o caixão de madeira. Este foi deixado intacto, devidamente coberto por tela geotêxtil e soterrado após os trabalhos de registo.

Relativamente ao espólio, refira-se a recolha de apenas 175 fragmentos de diversos tipos de materiais, dominando os vidros contemporâneos (42 fragmentos) e as cerâmicas, com 64 fragmentos de fabricos modernos e contemporâneos, todos provenientes de contextos secundários associados aos aterros pós-trasladação.

Individualizaram-se três achados, provenientes igualmente de contextos secundários, correspondentes a uma moeda oitocentista (ACH.001), duas contas

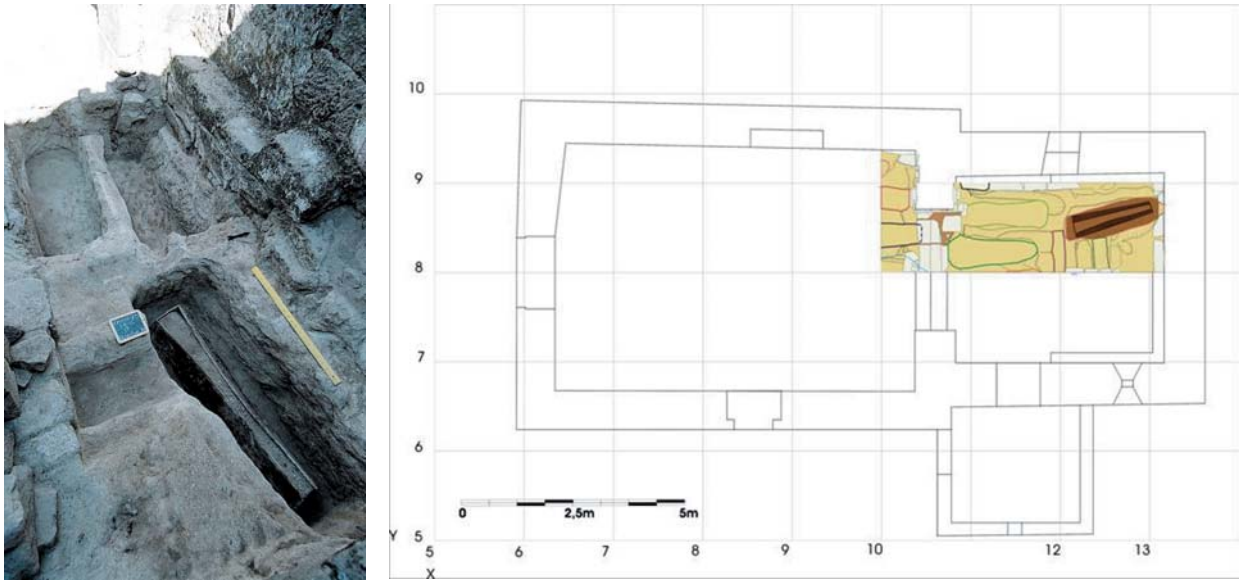

Figura 11. Igreja Velha de São Mamede. Vista final dos vestígios identificados no interior da capela-mor e planta com levantamento dos vestígios na capela-mor

de rosário, em cerâmica (ACH.002), também oitocentistas e um pequeno crucifixo, em madeira revestida de chapa (ACH.003), de cronologia igualmente oitocentista.

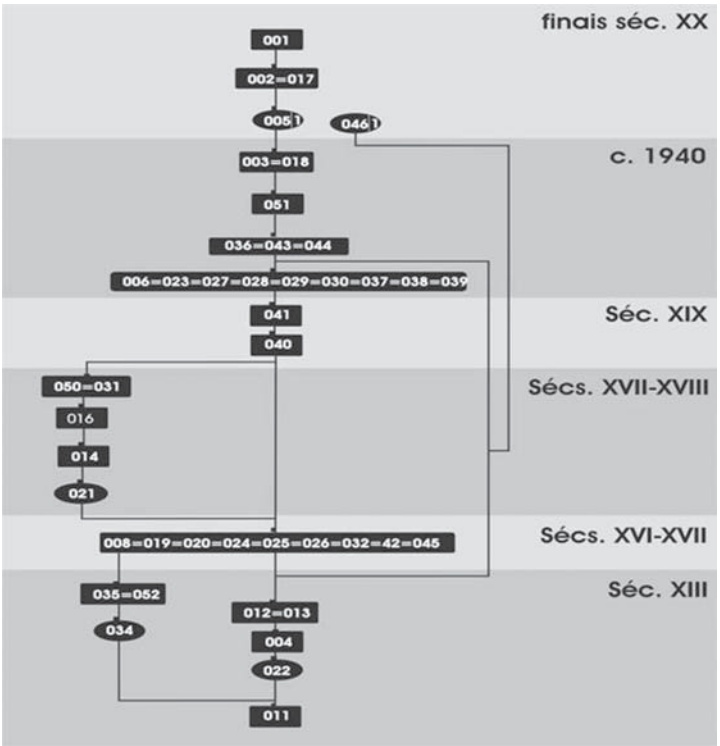

Figura 12. Igreja Velha de São Mamede. Diagrama estratigráfico da sequência ocupacional identificada

1.2.3.3. Conclusões

As escavações arqueológicas realizadas permitiram esclarecer a solução de articulação entre a nave e a capela-mor, confirmando a existência de um desnível original entre um espaço e outro e que o alargamento e elevação do arco triunfal não se traduziram em qualquer alteração ao nível das cotas dos pisos.

Permitiram igualmente confirmar o profundo e quase total revolvimento do subsolo da igreja, traduzido no aterro contemporâneo das cavidades sepulcrais modernas, na sequência da trasladação dos restos dos enterramentos para o novo cemitério da freguesia, cerca de meados do século XX, bem como no desmonte do altar e repavimentação parcial da capela-mor com elementos reutilizados, incluindo partes do maciço correspondente à mesa do altar.

Conservou-se apenas um enterramento, no topo nordeste da capela-mor, a mais de 0,80 metros de profundidade em relação à cota superior do pavimento, o qual se conservou intacto e se aterrou de novo, estabelecendo-se como condicionante o não rebaixamento da cota da capela-mor abaixo dos 0,50 metros.

Para além das considerações acima expostas, não se identificou qualquer impedimento arqueológico à concretização do projecto de restauro da 'igreja velha' de São Mamede de Vila Verde.

2. O contributo da arqueologia para o 'Estudo de valorização das envolventes dos monumentos da *Rota do Românico do Vale do Sousa*'[5]

2.1. Objectivos

Como é amplamente reconhecido pela generalidade dos estudiosos e dos agentes culturais, a compreensão dos valores e significados veiculados pelos monumentos arquitectónicos só se alcança por via do conhecimento histórico – isso mesmo subjaz às recomendações das Cartas e Convenções internacionais relativas à intervenção no património arquitectónico.

Tal como é hoje generalizadamente aceite no âmbito das ciências sociais e humanas, não se produz conhecimento histórico válido sem os contributos das disciplinas de história e de arqueologia. Esta última é particularmente indispensável porque, na ausência ou escassez de documentação escrita, é a única que proporciona dados materiais sobre a ocupação humana dos territórios, possibilitando elaborar interpretações sobre a história dessa ocupação.

Consequentemente, o desenvolvimento de programas e projectos integrados de valorização e de aproveitamento dos monumentos arquitectónicos deve contemplar o contributo das especialidades de história e de arqueologia, com vista a produzir conhecimento que sirva, quer para informar a elaboração dos projectos de intervenção, como para suportar a produção de conteúdos de divulgação pública alargada.

Assim, a abordagem histórica e arqueológica teve por objectivo ensaiar uma primeira aproximação, necessariamente genérica, a uma síntese histórica da ocupação humana do território do vale do rio Sousa, com atenção particular à contextualização da ocupação medieval, caracterizando a sociedade que produziu a arquitectura específica que justificou a organização da Rota, a saber, a arquitectura românica.

Pretendeu-se também proporcionar uma aproximação histórica à paisagem medieval que se conformou ao tempo da construção dos monumentos, evidenciando as alterações tanto em relação a eventuais ocupações anteriores como em relação à evolução que posteriormente conheceu.

A par da elaboração da síntese histórica acima referida pretendeu-se, através da elaboração de uma base de dados bibliográficos e documentais, criar um instrumento de desenvolvimento futuro de estudos ou de simples ampliação de conhecimentos (a facultar a especialistas ou a não especialistas).

Porque o presente trabalho também visava a salvaguarda das envolventes aos monumentos considerados.

1. Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios, Eja, Penafiel; 2. Igreja de Gândara, de São Miguel ou Cabeça Santa, Penafiel; 3. Igreja de São Gens de Boelhe, Boelhe, Penafiel; 4. Igreja de São Pedro de Abragão e túmulos, Abragão, Penafiel; 5. Memorial da Ermida, Irivo, Penafiel; 6. Ermida/Capela de Nossa Senhora do Vale, Cete, Paredes; 7. Torre de Aguiar de Sousa, Aguiar de Sousa, Paredes; 8. Igreja de São Pedro de Ferreira, Ferreira, Paços de Ferreira; 9. Ponte de Espindo, Meinedo, Lousada; 10. Ponte de Vilela, Aveleda, Lousada; 11. Igreja de São Salvador de Aveleda, Aveleda, Lousada; 12. Torre de Vilar, Vilar do Torno, Lousada; 13. Igreja de Santa Maria de Airães, Airães, Felgueiras; 14. Igreja Matriz de Unhão,

[5] De salientar que, embora o trabalho agora apresentado tenha como tema geral a implementação da Rota do Românico do Vale do Sousa, tendo em conta que se trata de uma acção promovida por diversas entidades entre as quais se encontra a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, o território em análise abrange os seis concelhos que a compõem, sendo mais amplo do que o vale do Rio Sousa, ou mesmo do que a sua bacia hidrográfica e não abarca apenas construções de estilo românico.
Efectivamente, o estilo arquitectónico que alguns dos monumentos denunciam é mais evoluído que o sugerido pelo título, sendo classificado pela generalidade dos especialistas já adentro do gótico (como é o caso de São Miguel de Eja ou do Memorial da Ermida, Irivo), e no caso das pontes de Espindo (Meinedo, Lousada) e de Vilela (Aveleda, Lousada), existem sérias reservas em relação à sua cronologia medieval, sendo que a de Espindo é seguramente posterior a meados do século XVIII. Assim, deverá ser motivo de discussão e aferição de conteúdos na designação encontrada, dado que não satisfaz na sua globalidade a distribuição geográfica e/ou classificação cronológica e estilística de medieval e românica que o título da rota aponta.

Unhão, Felgueiras; 15. Igreja de São Vicente de Sousa, Sousa, Felgueiras; 16. Igreja de São Mamede de Vila Verde, Vila Verde, Felgueiras; 17. Monumento funerário do Sobrado / Marmoiral, Sobrado, Castelo de Paiva; 18. Mosteiro de Pombeiro, Pombeiro, Felgueiras; 19. Igreja Matriz de Meinedo, Meinedo, Lousada; 20. Igreja de São Pedro de Cete, Cete, Paredes; 21. Igreja do Salvador de Paço de Sousa, Paço de Sousa, Penafiel, constituiu objectivo específico da especialidade de arqueologia a elaboração de um inventário arqueológico, que permitisse avaliar eventuais impactes da implementação de projectos de intervenção com incidência no subsolo.

Na perspectiva da valorização das envolventes, também foi objectivo da arqueologia identificar e propor a inclusão de sítios arqueológicos que pudessem acrescentar o interesse pelos monumentos.

Finalmente, definiram-se as condicionantes arqueológicas a ter em conta no desenvolvimento futuro dos projectos de valorização dos imóveis, propondo-se áreas com diferentes níveis de protecção e correspondentes tipologias de trabalhos arqueológicos, com estimativas de custos calculados com base numa estimativa do tempo necessário à execução dos respectivos trabalhos arqueológicos.

2.2. Metodologia

No que concerne à metodologia, importa ter presente que esta foi determinada pelos objectivos fixados previamente, exigindo uma sequência lógica de procedimentos, que começou com a recolha de informação bibliográfica sobre os monumentos e suas envolventes, identificação das fontes documentais principais, cartografia diversa e inventários dos sítios e achados arqueológicos existentes na área envolvente, prosseguiu com visitas às áreas analisadas e terminou com elaboração das sínteses descritivas e interpretativas, das propostas de salvaguarda e valorização e da identificação das condicionantes.

O trabalho iniciou-se pela consulta dos vários inventários do património disponibilizados pelas entidades da tutela através da *Internet*, a saber: ex-Instituto Português de Arqueologia (http://www.ipa.min-cultura.pt), ex-Instituto Português do Património Arquitectónico (http://www.ippar.pt) e ex-Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (http://www.monumentos.pt), que se completou com a consulta da "Carta do Património" dos Planos Directores Municipais dos concelhos abrangidos.

Em seguida realizou-se a pesquisa bibliográfica relativa aos monumentos seleccionados e a identificação das principais fontes documentais correlacionadas, elaborando-se a respectiva base de dados, que integrou o estudo sob a forma de Apêndice Bibliográfico e Apêndice Roteiro Fontes Documentais, o primeiro ordenado por autor/data e o segundo por monumento. Para além de contribuir para a elaboração das sínteses historiográficas como as que se produziram para cada monumento, a sua inclusão como anexos justificou-se na perspectiva de facultar informação acrescida aos interessados: porque suporta uma primeira abordagem historiográfica e porque fornece referências para o desenvolvimento de investigações futuras.

A par de visitas aos locais, elaboraram-se os inventários de sítios e achados arqueológicos nas áreas das freguesias dos monumentos considerados, com o duplo objectivo de, primeiro, informar a elaboração da síntese histórica da ocupação humana relacionada com a área de implantação do monumento e segundo, de identificar a existência de vestígios arqueológicos na área de incidência directa dos planos de valorização e salvaguarda, avaliando o eventual potencial de aproveitamento e/ou necessidades de protecção.

Estes inventários arqueológicos cartografaram-se à escala 1:25 000 e integraram o estudo sob a forma de anexo – Apêndice Inventário Sítios e Achados Arqueológicos, ordenado por freguesias/monumentos.

Considerou-se a área das freguesias, cartografada à escala 1:25 000, como espaço mínimo de análise, suficiente para compreender o contexto da ocupação humana das envolventes dos monumentos. Como auxiliar desta análise, elaborou-se cartografia histórica do povoamento referenciada a três momentos bem documentados: 1258 (com base nas *Inquirições*); 1527 (com base no *Numeramento* de D. João III) e 1758 (com base nas '*Memórias Paroquiais'*).

Para efeitos de valorização e/ou condicionamento dos projectos de valorização e salvaguarda, considerou-se apenas a existência de vestígios arqueológicos na envolvente imediata dos monumentos, avaliados de acordo com critérios de proximidade, de significado histórico medieval, de valor científico e de enquadramento paisagístico. Como instrumento mais ade-

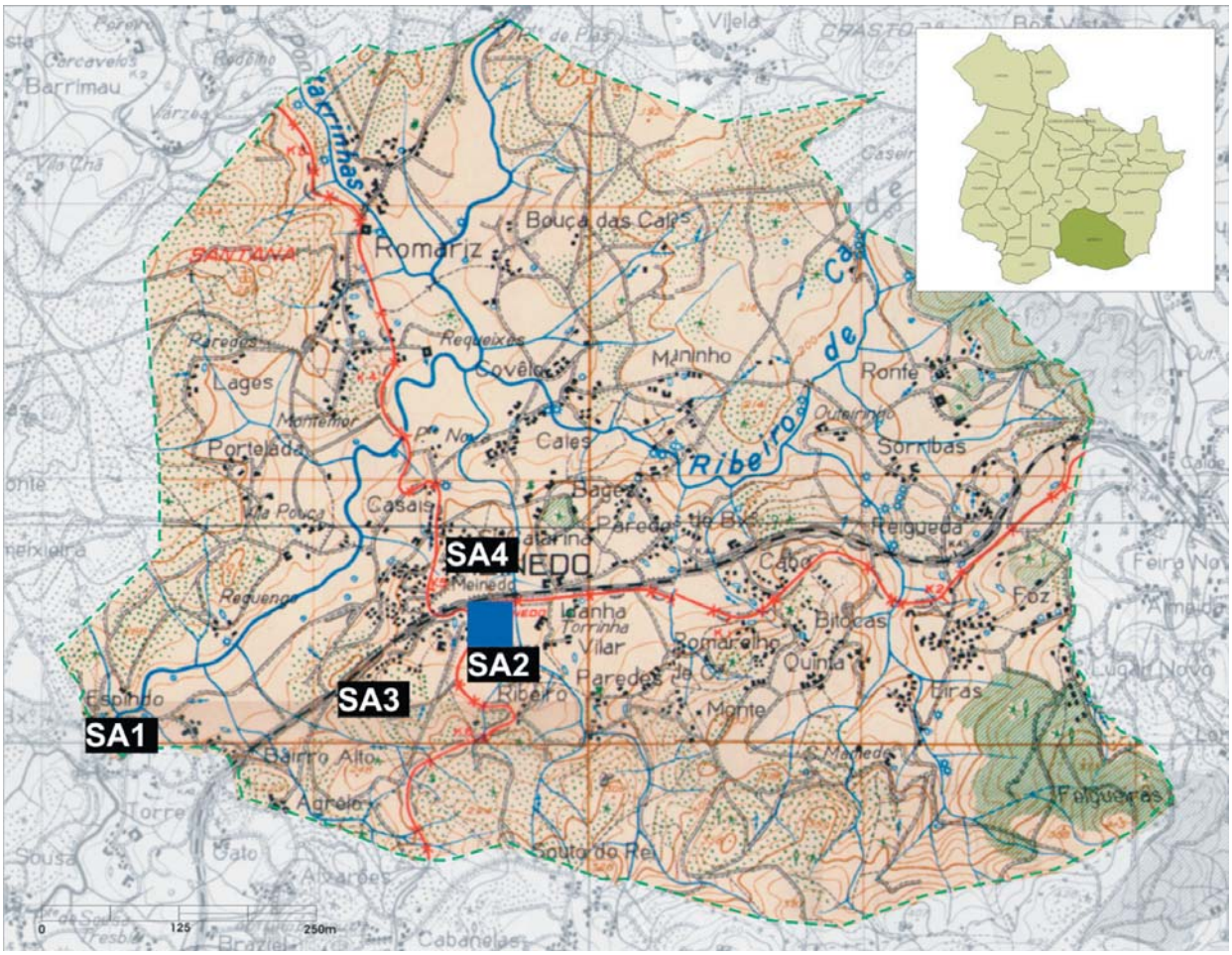

Figura 13. Cartografia arqueológica - Extraído de: IGeoE – Carta Militar de Portugal (1:25.000)

quado à formalização destas propostas estabeleceu-se a figura da Zona de Protecção, que se delimitou sobre fotografias aéreas, único elemento disponível, actualizado e com abrangência suficiente para o efeito pretendido.

2.3. A bacia do rio Sousa na Idade Média: breve síntese[7]

O Sul galego e o Norte português constituíram, entre a desagregação do poder visigótico e a organização asturiano-leonesa, uma zona de fronteira, entalada entre os dois poderes opostos que procuraram estender o seu domínio sobre o vasto território entre os rios Minho e Douro – a Sul os árabes e a Norte os reinos cristãos.

A área objecto do estudo inscreve-se precisamente na proximidade de uma das zonas de trânsito entre o Norte e o Sul, correspondente a uma antiga ligação viária romana secundária, percorrida tanto pelas forças cristãs como pelas forças islâmicas e que atravessava o rio Douro na zona das actuais Várzea do Douro / Eja, ligando a região de Arouca à zona do vale do Sousa.

Ocupada intensamente desde a época romana e suevo-visigótica, como evidenciam os abundantes ves-

[7] Para a elaboração deste sub-capítulo tivemos por base as obras de A.J. da Costa (1965 e 1997), A. A. Fernandes (1968), A.M.C. Lima (1999), C.A.F. de Almeida (1978 e 2001), M.T. Barata e N. S. Teixeira (2003) e J. López Quiroga (2004).

Figura 14. Povoamento em 1258 - Base IGeoE – Carta Militar de Portugal (1:25.000)

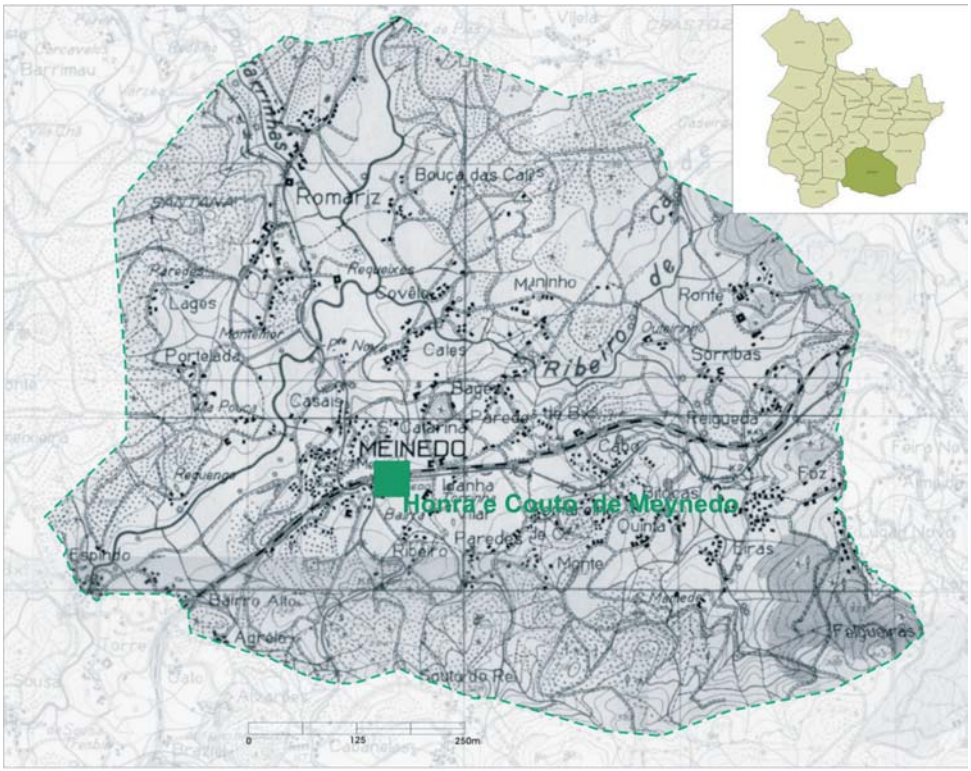

Figura 15. Povoamento em 1527 - Base IGeoE – Carta Militar de Portugal (1:25.000)

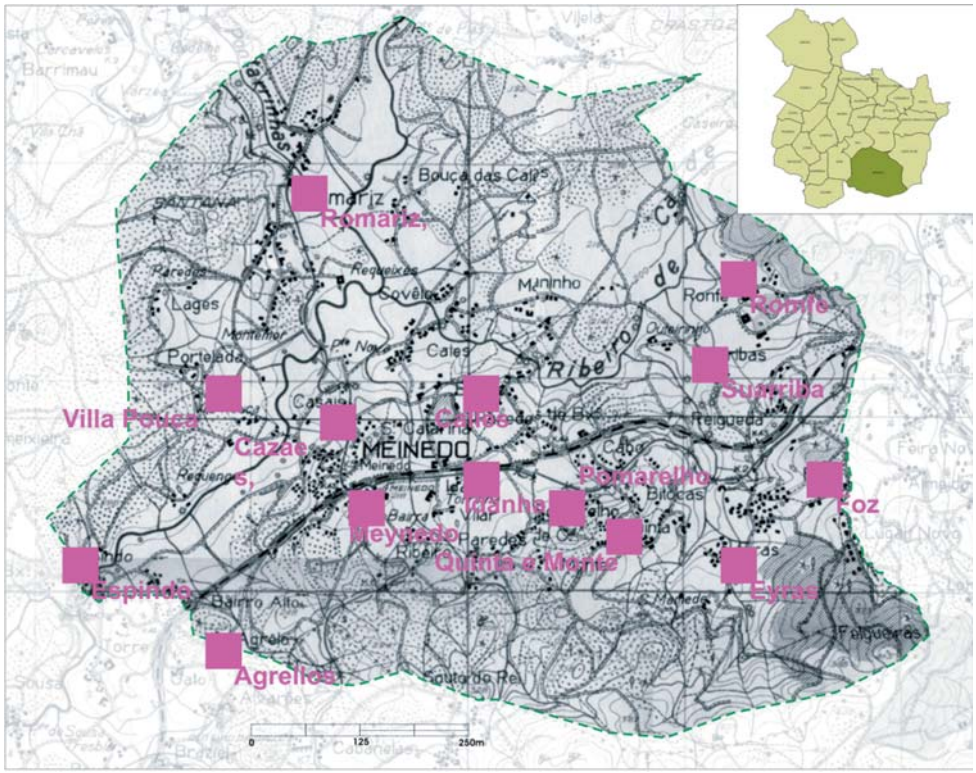

Figura 16. Povoamento em 1758 - Base IGeoE – Carta Militar de Portugal (1:25.000)

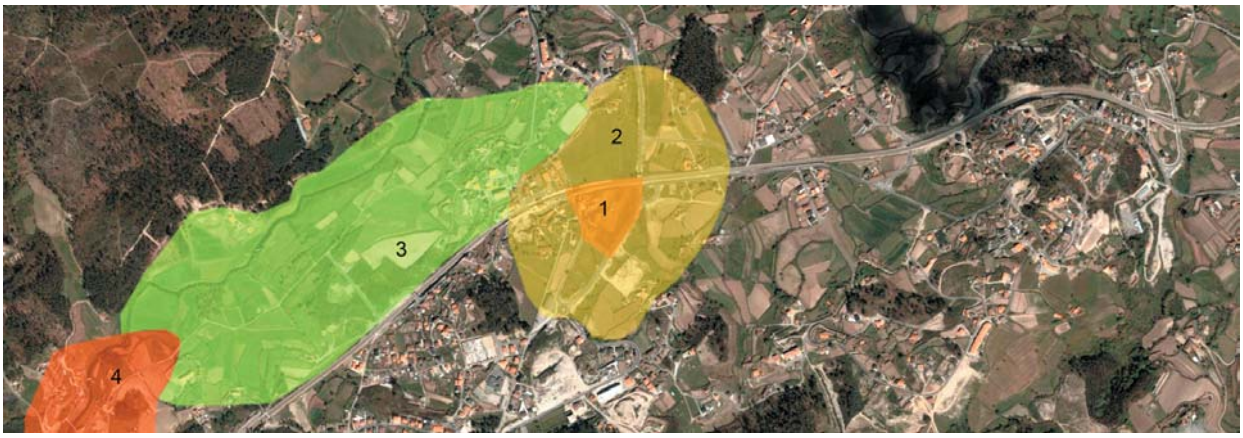

Figura 17. Condicionantes. 1= Estabelece a realização de sondagens arqueológicas prévias a qualquer intervenção

tígios arqueológicos e testemunham as Actas Conciliares do século VI, que registam a *Magnetensis ecclesiae* - Meinedo, então com o estatuto de sede episcopal, esta região veio a ser objecto de atenção por parte de Afonso III das Astúrias (866-910), na sequência da ocupação das importantes cidades de Ourense, Chaves, Braga e Porto.

Nos séculos IX e X, para além da zona montante da bacia, que pertencia ao *territorium bracarensis*, a maior parte desta região integrava a *civitas Anegia*, a que se reporta um considerável número de documentos, revelando um povoamento antigo e intenso, distribuído em torno do lugar central fortificado sede da circunscrição, que se localizava onde é actualmente o sítio arqueológico da 'Cividade' de Eja. As preocupações defensivas estão igualmente patentes nas mais de dezena e meia de fortificações distribuídas pela região.

Esta região continuava, todavia, uma zona instá-

vel, de domínio incerto e ocupação precária, dificultado quer pelas incursões normandas de meados do século IX ao terceiro quartel do século XI, quer pelas devastadoras expedições árabes, as mais célebres das quais levaram Almançor até Santiago de Compostela, em 997-999. Antes, em 995, os exércitos califais haviam conquistado o castelo de Aguiar, em local de difícil acesso na margem direita do rio Sousa.

Ao longo do século XI começam a registar-se alterações significativas: a população cresce, a economia de base agrícola desenvolve-se positivamente, a sociedade organiza-se em torno dos poderes senhoriais que garantem a defesa dos territórios, a igreja reforma-se, reorganiza-se o território em 'Terras'.

Confrontando a Nordeste com a *Terra de Felgueiras*, à *civitas Anegia* sucedem aqui, na margem direita do rio Douro, as *Terras de Aquilar de Sausa* (Aguiar de Sousa), de *Penafidel de Canas* (Penafiel de Canas ou de Sousa), de *Benviver Baiam* (Baião), configurando territórios densamente povoados, com uma malha administrativa eclesiástica perfeitamente estruturada e consolidada pela definição das paróquias e tutelada pelos castelos cabeça-de-terra.

Acompanhando a reforma litúrgica gregoriana veiculada pelos monges da órbita de Cluny, os nobres aparecem intimamente associados à existência dos mosteiros, aos quais a aristocracia se liga por fundação ou padroado. Dominam nesta região as linhagens dos Sousa e dos Ribadouro, que procuram afirmar o seu poder mandando construir igrejas, torres e túmulos, acompanhando a progressiva construção do reino de Portugal.

Com as mais férteis mas pouco extensas veigas ou várzeas ocupadas desde os séculos da reorganização asturiano-leonesa, os séculos XII e XIII são tempos de arroteias, conquistando-se solos aos montes, estendendo-se então as terras agricultadas pelas encostas até às margens dos regatos e dos rios. Pelas bordas dos campos, marginando os caminhos, distribuíam-se as fruteiras, dominando os castanheiros e as macieiras, aqui e ali dando lugar a alguma vinha de "enforcado". Os campos reservam-se para o cultivo dos cereais e de forragens para o gado – é o campo-prado, ainda hoje um dos "pilares" da paisagem do Noroeste português.

São estas duas orientações básicas da produção, pão e pasto, que estruturam a paisagem agrária, aqui realizada pela convergência da criação de gado bovino com a escolha do milho alvo ou miúdo (*Panicum miliaceum*, Lin.) e milho painço (*Setaria italica*, P.Beaw), o cereal melhor adaptado aos terrenos sílico-argilosos do Noroeste – do milho tudo se aproveita, da raiz, caule e folha para forragem até ao grão para farinha e pão, tornando-se o cereal fundamental da economia agro-pecuária medieval.

Da especialização das culturas agrícolas das parcelas e dos tributos em géneros, como bem documentam as *Inquirições* no século XIII, colhe-se exactamente a prática de uma policultura intensiva, sustentáculo da economia agro-pecuária das populações desta região, igual em todo o Entre Douro-e-Minho. Nas áreas montanhosas haveria menor diversidade e alguma especialização, decorrente das especiais condições fito-edafo-climáticas, aceitando-se para aí uma maior valorização do pastoreio, da cultura de cereais, das "criações" domésticas e da caça, e menos das leguminosas, vinho e fruta.

Da documentação medieval releva igualmente o modo como a terra é parcial e distintamente possuída pela coroa, pela aristocracia, pela igreja e mosteiros e pelos lavradores herdadores. Uns e outros têm uma leira de pão num casal, um linhar na veiga de outro, um quarto de pomar naquela herdade, uma leira no outro agro, parte de um castanheiro no souto, uma leira na cortinha daquele meio casal, etc.. Propriedade dividida e terra partilhada, pode um lavrador ter várias parcelas em diversas partes. É-se rico ou possidente não por ter uma grande e contínua propriedade, mas por se possuir muitas pequenas propriedades capazes de produzirem tudo o que for necessário à sobrevivência, ao pagamento dos tributos e à aquisição de produtos exteriores.

A evolução dos factores políticos, militares, religiosos, sociais e económicos conheceu, entre os séculos XI e XIII, largos momentos de convergência, potenciando o aparecimento e difusão nesta região dos padrões arquitectónicos românicos, um dos primeiros estilos artísticos verdadeiramente europeus, precisamente materializados nas igrejas, castelos e pontes, grande parte dos quais chegaram até nós oferecendo-se, hoje, como monumentos cujo conhecimento é, parafraseando o historiador Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986), "uma tarefa radical para o entendimento da génese da cultura portuguesa".

E aqui no vale do Sousa, a arquitectura românica acabou por conhecer uma grande aceitação e difusão, desenvolvendo características construtivas e temáticas decorativas peculiares, reconhecidas pela generalidade dos historiadores de arte como específicas da região do Sousa, ao ponto de o classificarem como 'românico nacionalizado', na designação de Manuel Monteiro (1980).

Como construções modelares elegem-se: a igreja do mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel), fundação beneditina ligada ao patrocínio da linhagem de Egas Moniz, o célebre aio de D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal; a igreja do mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira); e a igreja do mosteiro de São Vicente de Sousa (Felgueiras). Nas construções românicas vinculadas à bacia do rio Tâmega individualizam-se outras características construtivas e decorativas, que desenham um núcleo distinto, em que sobressaem as mais modestas igrejas de Cabeça Santa e de Boelhe.

2.4. Contributo para um roteiro bibliográfico

2.4.1. Estudos

AGUIAR, J. M. de (1933) – O Marmoiral ou o Arco da Ermida, *Penafiel Antiga*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, (Relatório), p.14.

AGUIAR, J. M. de (1943) – *A Terra de Penafiel*. Porto: Casa Nun'Alvares.

AGUIAR, J. M. de (1945) – *Penafiel antiga – Subsídios para uma monografiaado concelho*. Penafiel.

ALARCAO, J. de (1988) – *Roman Portugal Gazetteer*. vol. 2, F.1, Warminster: Aris & Phillips.

ALMEIDA, C. A. F. de (1972) – *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*. Porto: sep. da Revista da Faculdade de Letras do Porto.

ALMEIDA, J. A. F. de (1976) – *Tesouros Artísticos de Portugal*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.

ALMEIDA, C. A. F. de (1978a) – *A Arquitectura Românica de Entre-Douro-Minho*. Dissert. de doutoramento, policopiado, vol.II, Porto.

ALMEIDA, C. A. F. de (1978b) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro e Minho. Trabalho* complementar para a prestação de provas de doutoramento em Historia de Arte apresentando à Faculdade de Letras do Porto, Porto.

ALMEIDA, C. A. F. de (1980) – *Os castelos de Aguiar de Sousa e Vandoma*. Paredes: Câmara municipal de Paredes.

ALMEIDA e LOPES, C. A. F. de e F. G. A. (1982) – *Eja (Entre-os-rios): a civitas e a Igreja de São Miguel*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

ALMEIDA, C. A. F. de (1986) – O Românico. In *História da Arte em Portugal*. vol. 3, Lisboa: Publicações Alfa.

ALMEIDA, C. A. F. de (2001) – O Românico. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa, Ed. Presença.

AZEVEDO, A. P. de (1898) – o Território de Anégia. *O Archeologo Português*. Vol. IV, Lisboa.

AZEVEDO, R. de (1958-1961) – Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Lisboa: ed. Critica.

AZEVEDO, P. A. de (1986) – Extractos das "Memórias Parochiaes de 1758". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª Série, 2,

AZEVEDO, J. C. de (1991-1992) – *Inventário Artístico Ilustrado de Portugal, Douro Litoral*. 3º vol, Lisboa: Nova Gesta.

BARATA e TEIXEIRA, M. T. e N. S. (2003) Dir. – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores.

BARBOSA, J. J. M. (1942) – *Guia de Turismo da cidade e concelho de Penafiel*. Porto: imp. Moderna, Sep. do Relatório da Câmara Municipal de Penafiel.

BARREIRO, J. C. (1922) – *Monografia de Paredes*. Porto: Tip. Laura Couto & Pinto.

BARREIRO, J. C. (1924) – *Monografia de Paredes, correcções e acrescentos*. Porto: Barros & Costa.

BARREIRO, M. A. (1926) – A igreja românica de são Pedro de Ferreira. In *Ilustração Moderna*, 1, Porto.

BARROCA, M. J. (1987) – *Necrópoles e sepulturas Medievais de Entre-Douro e Minho (séculos V a XV)*. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

BARROCA, M. J. (2002) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BARROS, J. de [1528]– *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes.*. (Biblioteca Pública Municipal do Porto - Colecção de manuscritos inéditos, 5), Porto: Tip. Progresso,1919.

BARROS, J. de (1983) – *Monumentos e obras de arte de Felgueiras*. Felgueiras: tip. Notícia.

BRAAMCAMP, F. A. (1905) – Povoação de Emtre Doiro e Minho. *Archivo Histórico Portuguez*. Lisboa. vol.III, n.º7 e 8.

BRAGANÇA, M. (1992) – *A comarca de Felgueiras: documentos para a sua história*. 2ª ed. corrigida e actualizada. Felgueiras: Câmara Municipal.

BRANDÃO, D. P. (1984) – *Obra de talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e Diocese do Porto*. 1º vol., Porto: Gráfica Reunidos.

C. M. PAREDES, ed. (1992) – *Paredes: a cidade e o concelho*, Paredes: Câmara Municipal de Paredes.

C. M. PENAFIEL, ed. (1945) – *Guia de turismo da cidade e concelho de Penafiel.* Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.

CARDOSO, L. (1747-1751) – *Diccionario geográfico, ou noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontra, assim antigas, como modernas*. V.2, Lisboa: Regia Offic. Silviana.

CEPEDA, A. A. L. (1984) – *Notas sobre a arquitectura Românica nas terras de Penafiel*. Penafiel. Sep. Boletim do Rotary Club de Penafiel, n.º 9.

COELHO, M. F. (1987/88) – *O Concelho de Penafiel nas Memórias paroquiais de 1758*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel. Sep. Penafiel, Boletim Municipal de Cultura, 3ª série n.º 4/5.

CORREIA, A. de (1975) – *Arte Monumental Portuguesa*. vol. 1, Porto: Linorte-Livros do Norte.

COSTA, A. C. da (1706-1712) – *Corografia portugueza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com a noticia das fundação das cidades, villas & lugares que contem, varoes ilustres, Genealogias das famílias, fundações de Conventos, Catálogos de Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza e edifícios & outras curiosas observaçoens*. 3 vols, Lisboa: na Off. de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, A. (1929-1949) – *Diccionario Chorografico de Portugal continental e insular*.12 vol., Porto: Civilização.

COSTA, A. J. da (1965) – *Liber Fidei Sanctae Bracharensis Eclesiae*. Braga: Junta distrital, 1965.

DAVID, P. (1947) – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siécle*. Paris.

DGEMN (1937a) = Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Igreja de Cête*. Boletim n.º 3, Lisboa.

DGEMN (1937b) = Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *A Igreja de São Pedro de Ferreira*. Boletim n.º 7, Lisboa.

DGEMN (1950) = Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Igreja de S. Gens de Boelhe*. Boletim nº 62, Lisboa.

DGEMN 1951 = Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Igreja de Cabeça Santa*. Boletim n.º 64, Lisboa, 1951.

DIONÍSIO, Sant'Anna, org. (1985) – *Guia de Portugal*. 4.º vol, (3ª ed.), Coimbra.

DIAS, E. R. da (1903) – *Notícias Archeologicas extrahidas do Portugal antigo e moderno de Pinho Leal*. Lisboa: Typ. Universal.

DINIS, M. V. (1962) – *Achados arqueológicos em Paços de Ferreira*. Porto. Sep. Studium Generale, 9.

DINIS, M. V. (1980) – *A dupla necrópole luso-romana de Bouçós – Meixomil: Paços de Ferreira*. Guimarães. Sep. Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular.

D.M.P. (1955-1980) – *Documentos medievais portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 4 vols.

ENCICLOPEDIA LUSO-BRASILEIRA (1963-1986) – Lisboa, Verbo, 21 vols.

FERNANDES, A. A. (1968) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Viana do Castelo: Viúva de José de Sousa, filhos, Lda. Sep. Do Arquivo Alto Minho 14-16.

FERNANDES, M. A. (1989) – *Felgueiras de Ontem e Hoje*. Braga: Of. Gráfica de Barbosa & Xavier.

FONTES, L. F. O. (2006) *et al* – Arqueologia Preventiva e Arqueologia da Arquitectura. Os exemplos das igrejas de Cabeça Santa (Penafiel) e de São Mamede-o-Velho (Felgueiras). *In 2.º Seminário: a Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação,* Porto, 2006 (edição CD-ROM: 2005).

FREITAS, E. A. S. (1960) – *Felgerias rubeas: subsídios para a história do concelho de Felgueiras*. Porto: Tip. Nunes.

GIL, J. (1988) – *As mais belas igrejas de Portugal*. vol. I, Lisboa: Verbo.

GONÇALVES, N. (1991) – *Inventário artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro zona de Nordeste. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

GRAF, G. N. (1986-1987) – *Portugal Roman*. 2 vols, França: Zodiaque.

HESTIA, Eds. (2002) – *À descoberta do Vale do Sousa*. Paços de Ferreira.

IPPC = Instituto Português do Património Cultural, Ed. (1993) – *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado.* 3 vols., Lisboa.

JORGE, A. B. F. (1998) – *Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Actos Comunitários*. Coimbra: CEFA.

JORGE, SANCHES e JORGE, V. O., M. J. e S. O. (1990) – *Nótula sobre dois vasos pré-históricos encontrados em Coca (Paredes)*. Porto: Universidade do Porto. Sep. de Portugália. Nova série, 9-10.

LACERDA, A. de (1942) – *História de Arte em Portugal*. vol. I, Porto: Portucalense Editora.

LANHAS e BRANDÃO, F. e D. P. (1965) – Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológicos. In *Revista de Etnografia*, n.º 8, Porto: Junta distrital.

LEAL, A. J. M. C. (1987/1988) – *O Megalitismo no concelho de Penafiel*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel. Sep. de Penafiel Boletim Municipal de Cultura, 3ª série – n.º 4/5.

LEAL, A. J. de (1985) – *Levantamento dos vestígios medievais de Penafiel*. Trabalho apresentado à cadeira de Arqueologia Medieval, F. L. U. P, Porto, 1985.

LIMA, A. M. C. (1999) – O Território Anégia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (séc. IX-XII), In *In memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida.* vol. I, Porto: Faculdade de letras.

LOPES, E. T. (2001) – *Meinedo, Subsídios para uma possível história desta freguesia.* Lousada*:* Câmara Municipal de Lousada.

LOPES, E. T. (2004) – *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

LOPES e CORREIA, F. e M. B. – *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPEZ QUIROGA, J. (2004) – *El Final de la Antiguidade en la Gallaecia, la transformación da las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Corunhã.

LOUREIRO, O. M. C. *et.al*. (1996) – *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Paiva.* Porto: Universidade Portucalense.

MALHEIRO, M., Coord. (2006) – *Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa*. Porto: CCDRN.

MARIA, N. S. (1668) – *Chrónica da Ordem dos Cónegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: Officina de Loaem da Costa, 1668.

MARTINS, M. R. (1957) – *Elementos para cronologia da arquitectura românica em Portugal*. Dissertação de licenciatura pela Faculdade de Letras de Coimbra.

MATTOSO, KRUS e ANDRADE, J., L. e A. A. (1986) – Paços de Ferreira na Idade Média – Uma sociedade e economia agrária. *Paços de Ferreira, estudos monográficos*. vol.I, Paços de Ferreira: Câmara municipal.

MATTOSO, J. (1987) – *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

MATTOSO, J. (2002) – *Obras completas de José Mattoso*. Lisboa: Circulos de Leitores, 12 vols.

MATTOSO, J. dir. (2003) – *Nova História de Portugal*. Vol.I, Lisboa: Circulo de Leitores.

MEIRELES, A. A. P. A. (1942) – *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*. Lisboa: Ática.

MENESES, M. de (1967) – *Algumas anotações ao quarto volume do Guia de Portugal*. Régua*:* Imp. Douro.

MIRANDA, A. (1937) – *A família de Brandões e as suas torres em terras de Penafiel*, 1, Penafiel.

MIRANDA, A. (1943) – A Torre dos Mouros, Lousada – *Terras de Lousada.*

MIRANDA, A. (1944) – A igreja Egitana, *Jornal de Lousada*, Lousada: Tip. do Jornal de Lousada.

MIRANDA, A. (1947) – Marmorial, *Penafiel, Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, 1, Penafiel.

MONTEIRO, M. (1908) – *São Pedro de Rates. Com uma introdução acerca da architectura romanica*. Porto: Imprensa Portuguesa.

MONTEIRO, M. (1980) – A igreja de Cabeça Santa

um arremedo de Cedofeita, In *Dispersos, inéditos e cartas*. Braga: Aspa.

MONTEIRO, J. G. (1999) – O*s Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando.* Lisboa: Colibri.

OLIVEIRA, A. S. (1969) – *A igreja de Santa Maria de Meinedo e a sua raiz na Alta Idade Média*. Porto. Sep. do boletim da Associação Cultural Amigos do Porto.

OLIVEIRA, A. M. C. (2005) – *Duas Torres Senhoriais do Vale do Sousa*. Lordelo: Fundação A Lord.

PASSOS, C. de (1931) - *Penafiel Antiga*, Igreja de São Salvador da Gândra. In *Boletim da Câmara Municipal de Penafie*l, Porto.

PEREIRA, A. A. (1986) – *Paços de Ferreira: estudos monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.

PINHO, E. A. ed. (1984) - Memórias Paroquiais de S. Pedro de Ferreira. In *A Voz Portucalense*, Ano XV – nº. 30, 26/08/1984.

PINTO, M. L. C. (1966) – O castelo de Aguiar de Sousa. In actas IV Colóquio Portuense de Arqueologia. *Lucerna*, V. 5. Porto.

PINTO, J. B. (1972) – *Mosteiro de Cete: momentos da sua história*, Braga.

PINTO, R. (1996) – *Paredes: jóia do Sousa. […]*. Paços de Ferreira: Anégia.

REAL, M. L. (1986) – A igreja de São Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística, In *Paços de Ferreira, estudos monográficos*, vol.I, Paços de Ferreira: Câmara municipal.

REAL, M. L. (2001) – *O românico português na perspectiva das relações internacionais românica em Portuga*l *e na Galiza*. Lisboa.

SILVA, F. R. da (1986) – Paços de Ferreira na Idade Moderna. In *Paços de Ferreira, estudos monográficos*, vol. II, Paços de Ferreira: Câmara municipal.

RODRIGUES, J. (1995) – O Mundo românico (séculos XI-XIII). In *História de Arte Portuguesa*, vol.1, Lisboa: Circulo de Leitores.

SANTOS, R. dos (1955) – *O Românico em Portugal*. Lisboa: Soc. Gráf. Nacional.

SANTOS, R. dos (1970) – *Oito séculos de arte portuguesa*. vol.II, Lisboa: Empresa Nacional de publicidade.

SAVORY, H. N. (1951) – *A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa.* Guimarães. Sep. Rev. Guimarães, vol. LXXVI.

SILVA, A. M. S. P. da (1987) – O Memorial de Santo António e Santa Eulália, (Arouca) e os Marmoirais medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante. In *Actas das I jornadas de Historia e Arqueologia do concelho de Arouca*, Arouca, 1987.

SILVA, A. C. F. da (1986) - Paços de Ferreira. As origens do Povoamento: do megalitismo à romanização. In *Paços de Ferreira, estudos monográficos*, vol.I, Paços de Ferreira: Câmara Municipal.

SOEIRO, T. (1984) – Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. In *Penafiel Boletim de Cultura*, 3ª série, 1, Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.

VASCONCELOS, J. L. de (1895) – Notícias Archeológicas de Penafiel. In *O Archeólogo Português*, I, Lisboa.

VASCONCELOS, J. de (1992) – *Arte Românica*. Lisboa: Dom Quixote. Fac-símile da edição do Porto [1918].

VASCONCELOS, F. de (1982) – O românico em Portugal. In *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa.

VIEIRA, A. de (1918) – O castro de Entre-os-rios. In *O Archeologo Português*, XXIII, Lisboa.

VIEIRA, J. A. (1887) – *O Minho Pittoresco*, vol. 2, Lisboa, 1887.

VITERBO, J. S. R. de (1962) – *Elucidário*, Porto: Critica (ed).

VITORINO, P. (1942) – *Os Marmoirais*, 1ª série, 5, Porto: Tip. Domingos Barreiro.

2.4.2. Inventários

— Plano Director Municipal do Município de Felgueiras – Património Arqueológico. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1991

— Plano Director Municipal do Município de Lousada – Património Arqueológico do Concelho de Lousada, Lousada: Câmara Municipal de Lousada, 1991.

— Plano Director Municipal do Município de Paços de Ferreira – Planta do Património B. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2005.

— Plano Director Municipal do Município de Paredes, Património Arqueológico, Paredes: Câmara Municipal de Paredes, 1991.

— P.D.M. de Penafiel = Plano Director Municipal do Município de Penafiel.

2.4.3. URL's

— http://www.ipa.min-cultura.pt
— http://www.ippar.pt
— http://www.monumentos.pt